

ISSN 1414-7866 (versão impressa)  
ISSN 2448-3605 (versão on-line)

**Paraná Eleitoral**  
revista brasileira de direito  
eleitoral e ciência política

# Recrutamento político da esquerda nas eleições municipais do Brasil em 2016\*

**Edmar Almeida de Macedo**

## Resumo

Este artigo trata sobre o recrutamento político de candidatos a vereador de partidos de esquerda nas eleições de 2016. Busca-se saber se é possível estabelecer distinções de perfil de recrutamento entre estes partidos de maneira significativa quando passamos da extrema esquerda em direção à centro-esquerda. Outros estudos já trataram de demonstrar as diferenças de recrutamento entre esquerda e direita. Aqui se trata de olhar o microcampo da esquerda em busca de perfis de recrutamento que diferenciem a extrema esquerda, a esquerda tradicional e a centro-esquerda. Os resultados mostraram que existe uma diferença consistente no perfil de recrutamento na medida em que avançamos a análise da ponta esquerda em relação ao centro do espectro político. As conclusões do artigo reforçam a literatura que aponta a vinculação entre as variáveis socioeconômicas e a orientação política.

**Palavras-chave:** recrutamento; eleições; esquerda; eleições municipais; perfil social.

## Abstract

This is a study on the political recruitment of candidates for city councilor of left-wing parties in the 2016 elections. Its purpose is to determine whether significantly different recruitment profiles can be established between the far left and the center-left. Other studies have already attempted to demonstrate the differences in recruitment between the left and the right. This article focuses on the micro field of the left in search of recruitment profiles that differentiate between the far left, traditional left and left of center. The results showed a consistent difference in the recruitment profile as we shifted the focus of our analysis from the center of the political spectrum to the left.

---

\* Agradeço a todos que contribuíram com a redação deste artigo, que teve uma versão preliminar apresentada no congresso da Alacip de 2017: prof. dr. Renato Perissinotto da UFPR pela revisão, orientações, críticas e sugestões; Thaís Almeida Nunes do setor de estatística do TSE pela ajuda com os dados sobre patrimônio e Letícia Mara de Meira pela revisão geral.

## Sobre o autor

Bacharel e licenciado em história pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); mestre em sociologia pela UFPR e doutorando em Ciência Política (PPGCP-UFPR). E-mail: edufpr1@gmail.com

The conclusions reinforce the findings in the literature pointing to a link between socioeconomic variables and political orientation.

**Keywords:** recruitment; elections; left-wing; municipal elections; social profile.

Artigo recebido em 2 de maio de 2018; aceito para publicação em 30 de junho de 2018.

## Introdução

Discutir o perfil de recrutamento de candidatos pelos partidos políticos é uma questão recorrente na ciência política, e deste ponto de vista este trabalho não apresenta grande novidade. No entanto, foi nova a situação da esquerda nas eleições municipais de 2016. O principal partido da esquerda brasileira, o Partido dos Trabalhadores (PT) enfrenta dificuldades com sua imagem, fruto de diversas denúncias de corrupção. Sua última gestão do governo federal, abreviada pelo impeachment, também colheu baixos índices de aprovação, o que também cobrou o preço nestas eleições municipais. Assim, desse ponto de vista estas eleições foram atípicas, pois o setor majoritário da esquerda agora se via na oposição ao governo federal. O quadro traçado aqui é retrato dessa conjuntura.

Também cabe anotar preliminarmente que este trabalho se inspirou no artigo de Silva e Silva (2015) que discutiu o perfil dos candidatos a vereador nas eleições de 2014 em Curitiba, procurando demonstrar que as eleições municipais eram mais abertas a candidatos com baixa escolaridade e menor patrimônio do que as eleições legislativas federais. Buscamos seguir esse caminho, não em termos de hipóteses e conclusões, mas no método de análise empregado. O mencionado artigo se insere, e nosso trabalho também, na concepção enunciada por Perissinotto e Bolognesi (2009, 145) de que é preciso estudar mais os eleitos, fazendo perceber que o filtro de seleção vai desde a filiação a um partido até a eleição, sendo que a chapa de candidatos é a expressão de um momento da seleção e, por conta disso, se pretendemos estudar o processo de formação das elites políticas, o conjunto de candidatos a determinado cargo também deve ser levado em conta.

Nossa hipótese teórica é que as distintas orientações políticas entre os diversos partidos de esquerda resultam em um perfil de recrutamento também diferente. Para viabilizar esta análise, a

partir de uma perspectiva quantitativa com abordagem tributária da sociologia política, tomamos como variáveis: sexo, escolaridade, patrimônio, cor/raça, ocupação e idade. Nossa hipótese de estudo segue aquela conclusão a que Rodrigues (2002) já havia chegado em sua análise a respeito do perfil dos parlamentares na Câmara dos Deputados, de que a diferença de composição ocupacional entre os partidos contribui para que representem interesses diferenciados, que, por sua vez, influenciam as posições políticas assumidas. Este pressuposto, não só do ponto de vista ocupacional, é abraçado por vários pesquisadores, dentre os quais destacamos Marengo e Serna (2007) no artigo em que discutiram as diferenças de perfil de recrutamento entre esquerda e direita em três países da América do Sul.

Mas o que propomos aqui é ligeiramente diferente, pois trabalhamos com candidatos a vereador de partidos de esquerda, mas seguimos o pressuposto de que ideologia/posição política é importante no perfil de recrutamento e a cada ideologia/posição política corresponderia um perfil de recrutamento.

Ao olharmos apenas para a esquerda, é possível supor que as diferenças não sejam exacerbadas ou mesmo que possam ser consideradas insignificantes do ponto de vista estatístico. Mas o que defendemos vai além do tamanho da diferença entre os partidos, apostamos que mesmo no âmbito da esquerda, ao caminharmos da extrema esquerda para o centro, encontraremos quase sempre variações condizentes com a diferença entre os partidos. Resumindo, ao caminharmos da esquerda em direção ao centro esperamos que os indicadores sexo, escolaridade, patrimônio, cor/raça, ocupação e idade variem de forma coerente, ou seja, se em uma ponta temos mais mulheres, na outra teremos menos, se em uma ponta temos maior escolaridade, na outra teremos menos, e assim sucessivamente, sendo que os partidos intermediários deverão apresentar também posições intermediárias em relação às variáveis.

Assim, nosso objetivo pode ser entendido como o estabelecimento de uma comparação entre os diversos partidos de esquerda que se apresentaram nas eleições municipais de 2016, agrupados em “blocos” (extrema esquerda, esquerda tradicional e centro-esquerda), e para atingir este objetivo lançamos mão de uma análise comparada, seguindo uma lógica quantitativa, valendo-se de estatística descritiva e inferencial (cruzamentos). A análise é

controlada por algumas variáveis sociais, como sexo, escolaridade, cor, patrimônio, idade etc. Utilizamos como base os dados disponíveis no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e em menor medida do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O texto está organizado em uma primeira seção onde delimitaremos o universo da pesquisa e apresentaremos os pormenores da construção do objeto. Na seção seguinte abordaremos as variáveis e, na última seção, apresentaremos as conclusões.

## Municípios, eleições e a esquerda

Os municípios escolhidos para discutir o perfil dos candidatos de esquerda estão entre as cidades brasileiras com maior número de habitantes, somando 35.139.303 hab.<sup>1</sup>, o que significa 17,19% da população brasileira. Abrigam ainda 25.160.044 eleitores<sup>2</sup>, representando 17,6% dos eleitores aptos nas eleições de 2016. No ano de 2014 (último dado disponível) este conjunto de municípios respondia por 24,55% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Os municípios selecionados estão em quatro das cinco regiões brasileiras, ficando de fora apenas a região Centro-Oeste. Além disso, são as únicas cidades brasileiras com mais de um milhão de eleitores aptos nas eleições de 2016 e também possuem os dez maiores eleitorados. Todas são capitais de seus estados e estão apresentadas na Tabela 1.

**Tabela 1** – Perfil dos municípios selecionados

Município	Estado	Região	População	Eleitores	PIB (2014)
São Paulo	SP	Sudeste	12.038.175	8.886.324	R\$ 628.064.882.000,00
Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	6.498.837	4.898.045	R\$ 299.849.795.000,00
Salvador	BA	Nordeste	2.938.092	1.948.154	R\$ 56.624.041.000,00

[continua na próxima página]

1. Todos os dados eleitorais expostos neste trabalho foram baixados do repositório de estatísticas eleitorais do TSE no endereço [<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>] e os dados de ordem populacional e econômica do site e publicações on-line do IBGE.
2. Dados do TSE para 2016.

Município	Estado	Região	População	Eleitores	PIB (2014)
Belo Horizonte	MG	Sudeste	2.513.451	1.927.460	R\$ 87.656.760.000,00
Fortaleza	CE	Nordeste	2.609.716	1.692.712	R\$ 56.728.828.000,00
Curitiba	PR	Sul	1.893.997	1.289.215	R\$ 78.892.229.000,00
Manaus	AM	Norte	2.094.391	1.257.129	R\$ 67.572.523.000,00
Recife	PE	Nordeste	1.625.583	1.119.271	R\$ 50.688.395.000,00
Porto Alegre	RS	Sul	1.481.019	1.098.515	R\$ 63.990.644.000,00
Belém	PA	Norte	1.446.042	1.043.219	R\$ 28.706.165.000,00

Fonte: dados do TSE e do IBGE.

A primeira questão a ser enfrentada foi definir quais são os partidos de esquerda cujo recrutamento seria investigado. Não parece haver maior dificuldade em considerar o Partido da Causa Operária (PCO), o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) como partidos de esquerda, entretanto é relativamente mais complexo enquadrar o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Pátria Livre (PPL) neste espectro. Revisitando a classificação de partidos proposta por Rodrigues (2002, 51-3), a questão do enquadramento do PDT encontra-se mais ou menos pacificada na bibliografia analisada por este autor (podendo variar o enquadramento do PDT entre esquerda e centro-esquerda). O PPL é um partido mais recente (teve seu registro deferido em outubro de 2011), mas optamos pela sua inclusão em especial por conta da história do grupo que o fundou, que detalharemos mais à frente. Cogitamos ainda considerar os candidatos da Rede Sustentabilidade (REDE) como objeto desta pesquisa, no entanto diversos autores como Coelho (2015), Dullo e Quintanilha (2015) e Prates e Pereira (2015) empregam outras classificações para esse partido, nas quais o termo “esquerda” está ausente, o que justifica a opção por não incluir seus candidatos como objeto desta pesquisa.

Para efeito de comparação, agrupamos os partidos em três grandes blocos: a “extrema esquerda”, Bloco 1 (Bl 1) composto pelo PCO, PSTU, PCB e PSOL; a “esquerda tradicional”, Bloco 2 (Bl 2) composto pelo PT e pelo PCdoB; e a “centro-esquerda”, Bloco 3 (Bl 3) composto pelo PPL e pelo PDT.

O agrupamento baseou-se em similaridades e diferenças desses partidos em relação a alguns critérios. O primeiro critério foi o que poderíamos classificar como ideológico. Os partidos da extrema esquerda (Bl 1) apresentam influências ideológicas semelhantes – seja o trotskismo, o stalinismo ou o leninismo – que são representantes mais próximas das matrizes de pensamento oriundas da Revolução Russa e que possuem ou possuíram grande influência na esquerda mundial. PCO e PSTU declaram-se partidos trotskistas. O trotskismo também é relevante no PSOL<sup>3</sup>, mas o grupo majoritário atual é a Ação Popular Socialista (APS), herdeira de grupos (Força Socialista e Movimento pela Emancipação do Proletariado) que se identificavam como leninistas. O PCB por sua vez, herdeiro de uma longa história, atualmente identifica-se com a figura de Stálin e Lênin como inspiradores ideológicos.

No grupo dos partidos que chamamos aqui de “esquerda tradicional”, o PT tem uma difusa ideologia socialista de difícil enquadramento, e o PCdoB apresenta uma história pregressa de identificação ora com o stalinismo, ora com o maoísmo ou com o socialismo albanês – mesmo que mantenha uma retórica (e um nome) em que o comunismo está presente, é forte neste partido a retórica nacionalista e genericamente “progressista”.

No terceiro grupo, que aqui denominamos de “centro-esquerda”, o PDT é herdeiro do trabalhismo brizolista, versão ligeiramente mais à esquerda do getulismo dos anos 1950. O PPL por sua vez é uma criação do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8), grupo guerrilheiro dissidente do PCB dos anos 1960 e que após décadas dentro do PMDB fundou um partido e atualmente mantém uma retórica vagamente nacionalista.

O segundo critério para a formação dos blocos foi o posicionamento desses partidos diante dos 13 anos de governo do PT. O Bloco 1 concentra aqueles partidos de esquerda que não participaram do governo, pelo contrário, fizeram oposição a ele durante a maior parte desse período. Já o Bloco 2 é formado pelos partidos de

---

3. Pelo PSOL também se lançaram alguns candidatos que, mesmo filiados a este partido, compõem organizações políticas distintas do PSOL. É o que este partido chama de “filiação democrática”. Destes grupos ao menos dois estão em processo de criação de seus próprios partidos, já em fase de coleta de assinaturas: a Unidade Popular pelo Socialismo e o Raiz Cidadanista.

esquerda que estiveram do início ao fim participando do governo e alinhados com a defesa de suas propostas no parlamento. O Bloco 3 é formado por partidos de esquerda que apoiaram o governo federal na maior parte desses 13 anos, mas não podem ser considerados equivalentes ao PT e PCdoB em termos de protagonismo, adesão e fidelidade.

O terceiro e último critério para a formação dos blocos foi o comportamento desses partidos em relação às coligações nas eleições municipais de 2016. Os partidos do Bloco 1 nas dez cidades analisadas tiveram apenas duas ocorrências de coligação com partidos fora do campo da esquerda. Já os do Bloco 2 apresentaram 27 ocorrências de coligações com partidos que não foram classificados como de esquerda. O Bloco 3, por sua vez, contabilizou 121 ocorrências desse tipo. Assim, a maior ou menor endogenia na realização de coligações foi levada em consideração para a formação dos blocos.

Para exemplificarmos, PCO e PSTU não realizaram qualquer coligação nestas dez cidades, sequer coligaram entre eles mesmos. O PSOL e o PCB realizaram prioritariamente coligações entre si (em 8 dos 10 municípios), sendo que o PSOL ainda registrou alianças esporádicas com o PPL, PDT, PV e REDE, enquanto o PCB participou de uma coligação com o PPL (junto com o PSOL). Nem o PSOL, nem o PCB realizaram qualquer aliança com o PT e o PCdoB. Por sua vez, PT e PCdoB foram parceiros em 6 destes municípios, sendo que o PT ainda se coligou com PSD, PTN, PSB, PRB, PTdoB, PTB, PR, PROS e PDT; e o PCdoB se associou com pelo menos PR, PT, PSD, PTN, PSB, PDT, PP, PPL, DEM, PEN, PSC, PSDC, PRTB, PTC, PPS, PSL, PV, PTB, PROS e PMB.

Temos assim a caracterização resumida desses três blocos: Bloco 1 (extrema esquerda), partidos de esquerda radicais que realizaram oposição ao governo federal petista e com alta endogenia na realização de coligações nas eleições de 2016; Bloco 2 (esquerda tradicional), partidos de esquerda, pilares dos governos federais petistas, que realizaram coligações exógenas nas eleições de 2016 e Bloco 3 (centro-esquerda), esquerda moderada, menos comprometida com o governo federal petista e com alto índice de exogenia nas coligações das eleições de 2016.

O conjunto dos partidos analisados lançou nos municípios selecionados o total de 1.693 candidatos, como detalhado na

Tabela 2. Desagregando esse total, temos a seguinte configuração numérica dos blocos a analisar: extrema esquerda com 456 (26,8%) candidatos; esquerda tradicional com 651 (38,1%); e centro-esquerda com 586 ou (35,1%). Esse conjunto de candidatos inclui todos aqueles apresentados pelos partidos aos órgãos responsáveis pelo registro de candidaturas, isso significa que inclui candidatos que ao final do pleito podem nem ter sido votados em razão de negativa de registro, impugnação ou desistência. No entanto consideramos que esse conjunto representa a chapa selecionada pelo partido de maneira mais fiel do que aquele conjunto que teve condições de ser votado.

**Tabela 2** – Número de candidatos por partido na amostra selecionada

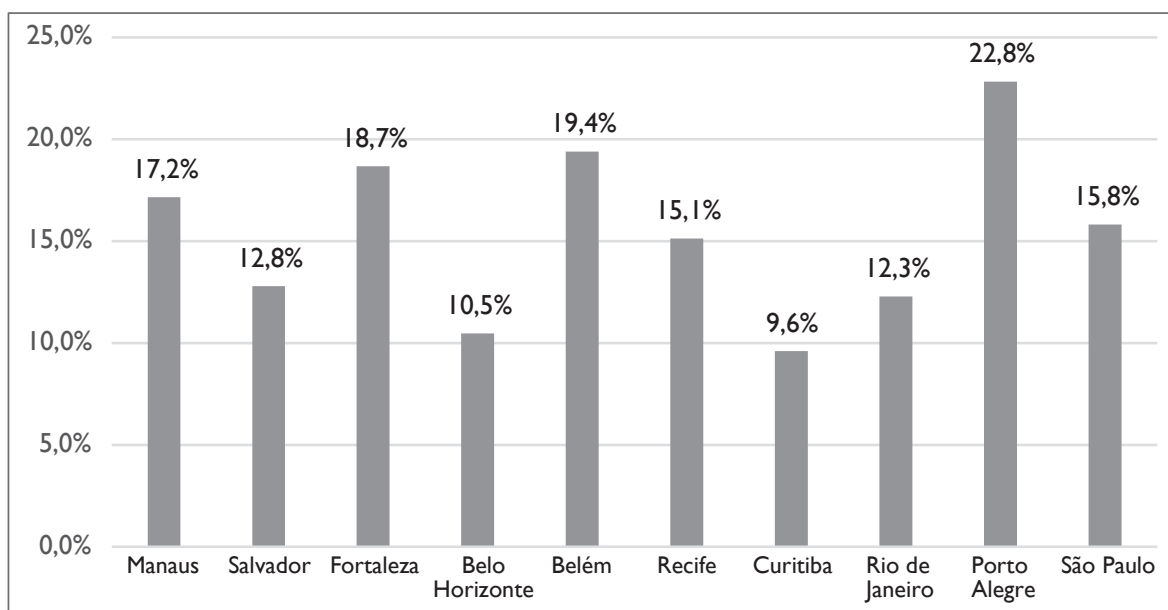
<b>Partido</b>	<b>Número de candidatos</b>	<b>%</b>
PCO	12	0,8
PSTU	45	2,6
PCB	12	0,8
PSOL	387	22,7
PT	333	19,5
PCdoB	318	18,6
PPL	244	15,1
PDT	342	20,0
<b>Total</b>	<b>1.693</b>	<b>100</b>

Fonte: dados do TSE.

Em uma conjuntura nacionalmente desfavorável à esquerda, como já frisamos, podemos nos perguntar: qual o significado desses números em cada um dos municípios analisados? E como resposta podemos comparar o peso proporcional do número de candidatos de esquerda sobre o total de candidatos em cada município, o que está expresso no Gráfico 1 e pode ser assim resumido: dos mais de 11 mil candidatos que se apresentaram nessas eleições para vereador nas dez cidades analisadas, os candidatos de esquerda representaram 15% do total, com destaque para Porto Alegre, Belém e Fortaleza. Não parece haver uma relação direta entre o tamanho da chapa de esquerda e o fato de um partido deste espectro governar a cidade, posto que Curitiba, governada pelo PDT, teve menos de 10% de candidatos a vereador por partidos de esquerda, enquanto Porto Alegre,

na mesma condição, apresentou 22,8% de candidatos de esquerda em relação ao total. Como exemplo ainda, São Paulo, governada pelo PT, apresentou 15,8% de candidatos de esquerda, ficando bem próximo à média geral.

**Gráfico I** – Percentual de candidatos de esquerda por município



Fonte: dados do TSE.

Nem todos os partidos analisados se apresentaram em todas as cidades. Os maiores partidos lançaram candidatos em todas, no entanto os pequenos partidos de extrema esquerda, PCO e PCB, apresentaram presença intermitente na disputa legislativa municipal.<sup>4</sup> Se optássemos, por exemplo, por selecionar uma amostra de mais cidades, como as vinte ou cinquenta maiores, perderiam importância os partidos de extrema esquerda em relação ao número total de candidatos da amostra.

## Perfil de recrutamento dos candidatos de esquerda

### Sexo: disparidade de gêneros

A cota de gênero, que estabelece um percentual mínimo de diversidade na composição da lista partidária nas eleições,

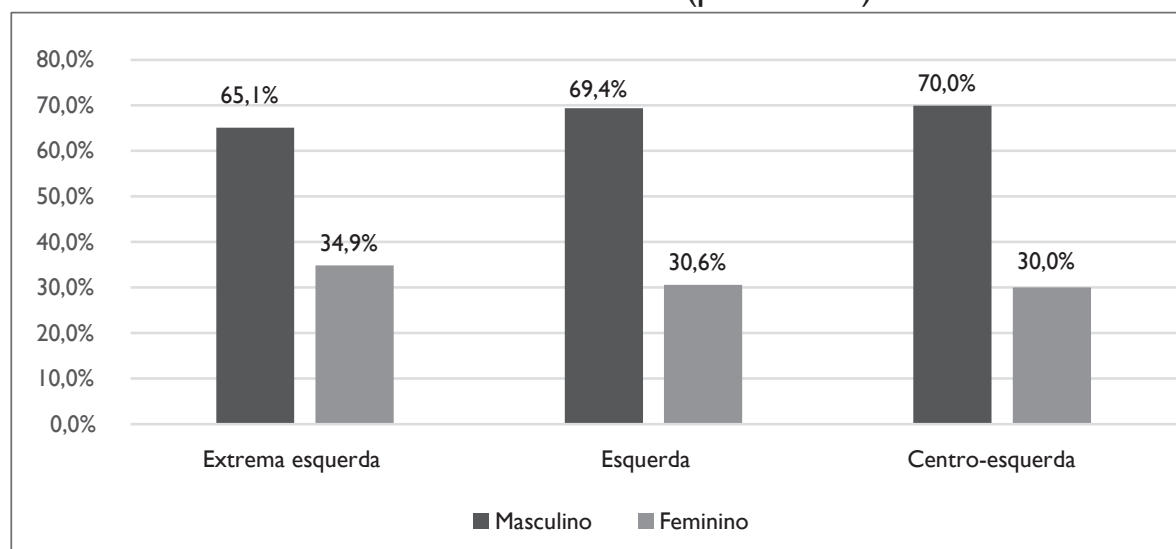
4. O PCO não se apresentou em metade dos municípios analisados; e o PCB, em três deles.

possui forte ligação com os partidos de esquerda, que foram precursores na sua adoção voluntária e proponentes de sua legalização, como notou Norris (2013, 26), mas nem por isso encontramos a presença feminina muito além do mínimo obrigatório de 30% entre os candidatos de partidos de esquerda nos municípios analisados.

No âmbito geral, considerando todos os partidos de esquerda nos municípios analisados, as mulheres foram 32% dos candidatos, e os homens 68%, ficando o percentual de mulheres ligeiramente acima do mínimo exigido em lei. O percentual geral (em todo o Brasil) de candidatas ao cargo de vereadora foi de 33,09%, portanto, a esquerda nas dez cidades analisadas ficou ligeiramente abaixo desse percentual.

Quando comparamos os três blocos de partidos de esquerda, em que pese a diferença mínima, à medida que caminhamos da extrema esquerda para o centro, aumenta o número de homens e diminui o número de mulheres, mostrando que os partidos mais à esquerda apresentaram-se com maior representatividade feminina no âmbito de toda a esquerda, como pode ser observado no Gráfico 2.

**Gráfico 2 – Candidatos a vereador × sexo (por blocos)**



Fonte: dados do TSE.

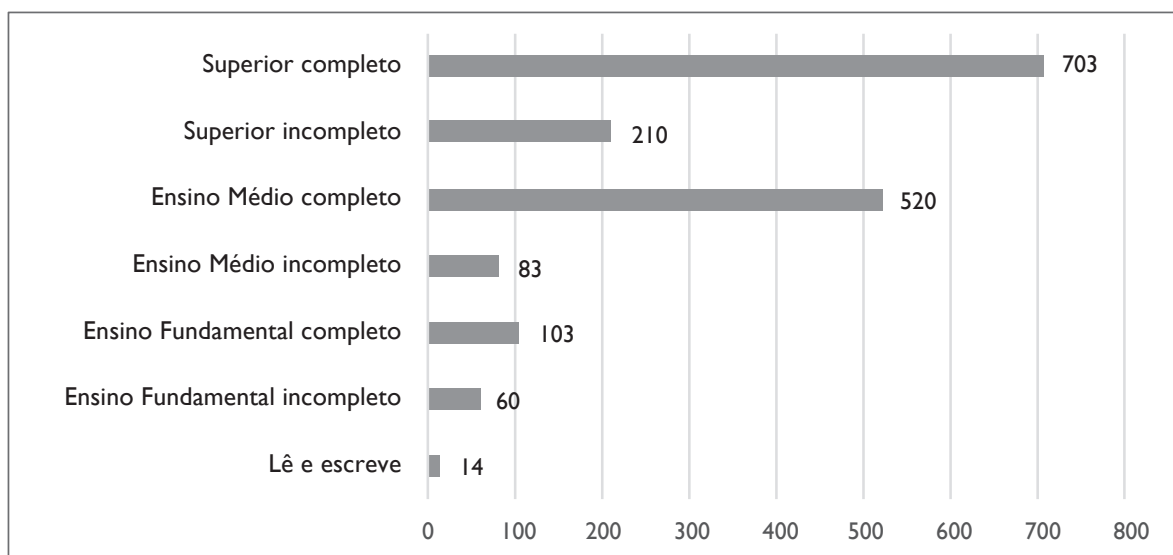
Note-se também que apenas o Bloco 1 ultrapassou a média nacional de percentual de mulheres concorrendo ao cargo de vereadora, e uma das explicações para isso está no perfil de recrutamento e seleção do PSTU, que apresentou 51% dos seus

candidatos do sexo feminino, enquanto os outros partidos variaram muito pouco em relação ao mínimo de 30%. Esta explicação para o predomínio percentual da extrema esquerda na apresentação de candidatas corrobora o estudo realizado por Dantas e Roeder (2015) a respeito da seleção de candidatos do PSTU nas eleições de 2014, em que notaram a prioridade dada às mulheres na apresentação de candidaturas. Por outro lado, apenas o PDT ficou abaixo dos esperados 30%, alcançando uma proporção de 29,8%.

### O capital escolar entre os candidatos de esquerda nos municípios

A escolaridade é um dos atributos que facilita o sucesso eleitoral como afirmam, entre outros, Speck e Sacchet (2011, 171). Nesse quesito, procuramos avaliar como se portam os partidos de esquerda quanto à escolaridade dos candidatos que apresentaram nas eleições de 2016 nas dez maiores cidades brasileiras. No conjunto dos partidos de esquerda predominam aqueles com formação universitária, que se somados aos que possuem o ensino superior incompleto (sendo estudantes ou que interromperam seus estudos), perfazem 53,9% dos candidatos. Na outra ponta, aqueles que apenas leem e escrevem apresentam um percentual muito reduzido, como se observa no Gráfico 3.

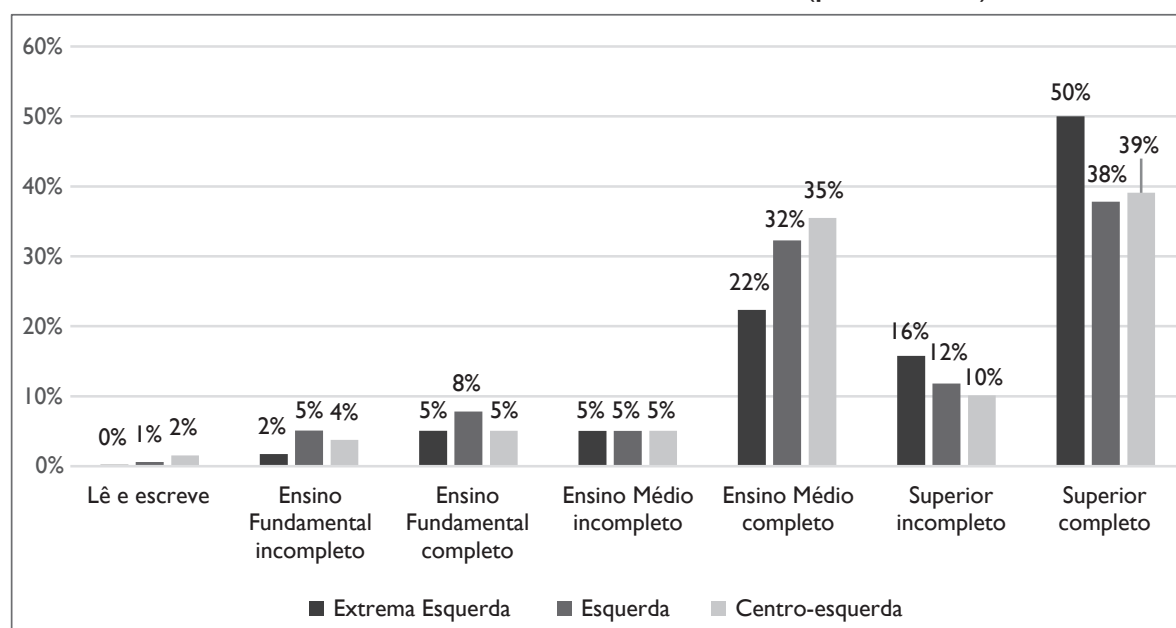
**Gráfico 3** – Candidatos a vereador × escolaridade



Fonte: dados do TSE.

Ao analisarmos os candidatos divididos por blocos, notamos que a extrema esquerda apresenta uma vantagem considerável no percentual de candidatos com ensino superior completo. No entanto, ao passarmos ao bloco da esquerda tradicional (PT e PCdoB), vemos que ela possui uma ligeira desvantagem (37,7 contra 39,0%) para a centro-esquerda no número de candidatos com graduação completa, o que não corrobora nossa hipótese inicial, como está demonstrado no Gráfico 4.

**Gráfico 4** – Candidatos a vereador × escolaridade (por blocos)



Fonte: dados do TSE.

Na extrema esquerda chamam atenção PSOL e PSTU com 51% de candidatos com nível superior, enquanto na outra ponta o PPL se destaca com apenas 27% dos seus candidatos tendo concluído esse nível de ensino.

Se considerarmos o conjunto dos candidatos a vereador apresentados pela esquerda em todo o país, a tendência é a confirmação de nossa hipótese, posto que os percentuais de candidatos com nível superior nos três blocos são de 31% (Bloco 1), 24% (Bloco 2) e 21% (Bloco 3), de modo diferente do que ocorre com a nossa amostra selecionada.

Por fim, comparando os candidatos de nossa amostra com a escolaridade do total de candidatos que se apresentaram nas eleições de 2016 (direita, centro e esquerda), em todos os municípios brasileiros temos o resultado expresso na Tabela 3, que demonstra

a larga distância, em termos de escolaridade, dos candidatos de nossa amostra em relação ao total de candidatos a vereador, sendo que aqueles com nível superior entre os esquerdistas das dez maiores cidades representam mais que o dobro do percentual do total de candidatos.

**Tabela 3** – Percentual de candidatos por partido

<b>Escolaridade</b>	<b>Total dos candidatos a vereador</b>	<b>Candidatos da esquerda nas 10 maiores cidades</b>
Analfabeto	0,00%	0,00%
Lê e escreve	2,98%	0,83%
Ensino fund. incompleto	16,00%	3,54%
Ensino fund. completo	14,04%	6,08%
Ensino médio incompleto	5,31%	4,90%
Ensino médio completo	38,07%	30,71%
Superior incompleto	4,36%	12,40%
Superior completo	19,23%	41,52%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: dados do TSE.

### **Negros e brancos entre os candidatos**

Em trabalho já citado, Dantas e Roeder (2015, 8) afirmam que existe, nos partidos de esquerda, maior incentivo para que seus militantes se declarem pretos. Assim, o esperado é que encontremos um percentual significativo de candidatos negros (soma de pretos e pardos) entre os partidos de esquerda e também uma variação mais ou menos significativa ao caminharmos de uma posição a outra no espectro da esquerda.

Optamos aqui por fazer um agrupamento das categorias usadas pelo IBGE, uma vez que é mais elucidativo juntar pardos e pretos na categoria “negros” para observar a diversidade de não brancos nas chapas apresentadas.

No conjunto dos dez maiores eleitorados municipais em 2016, os partidos de esquerda apresentaram candidatos com a composição étnica expressa na Tabela 4. Se considerarmos que, segundo o IBGE, 53,6% da população brasileira era negra em 2014,

podemos afirmar que nos partidos de esquerda das dez maiores cidades brasileiras esta parcela da população encontra-se sobrerrepresentada nas eleições municipais. Os brancos, por sua vez, que eram 45,2% da população brasileira em 2014 (ainda segundo o IBGE em 2014), encontram-se sub-representados na amostra selecionada. Tal achado é importante, pois em estudo anterior acerca dos determinantes da sub-representação política de não brancos nas eleições, Campos e Machado (2015) haviam registrado em 2012, nas eleições municipais das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, menos candidatos não brancos do que brancos. Podemos afirmar então que o perfil de recrutamento da esquerda em 2016 oferece um contraponto a essa tendência.

**Tabela 4** – Composição étnica dos candidatos

<b>Cor/raça</b>	<b>%</b>
Negra	56,53
Branca	42,11
Amarela	0,47
Indígena	0,89
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: dados do TSE.

Se compararmos os candidatos de nossa amostra com o conjunto dos candidatos a vereador (esquerda, centro e direita) nas eleições de 2016, esse contraponto se mostra ainda mais consistente, como demonstrado na Tabela 5.

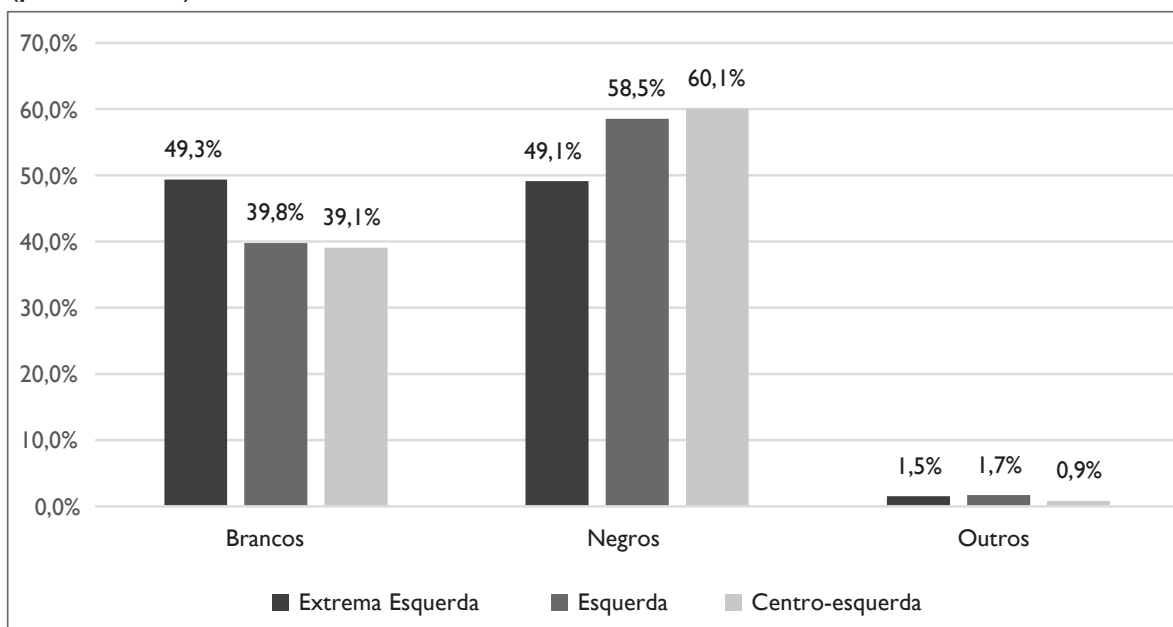
**Tabela 5** – Porcentagem de candidatos × composição étnica

<b>Cor/raça</b>	<b>Total dos candidatos a vereador</b>	<b>Candidatos da esquerda nas 10 maiores cidades</b>
Amarela	0,42%	0,47%
Branca	50,52%	42,11%
Indígena	0,35%	0,89%
Negra	48,70%	56,53%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: dados do TSE.

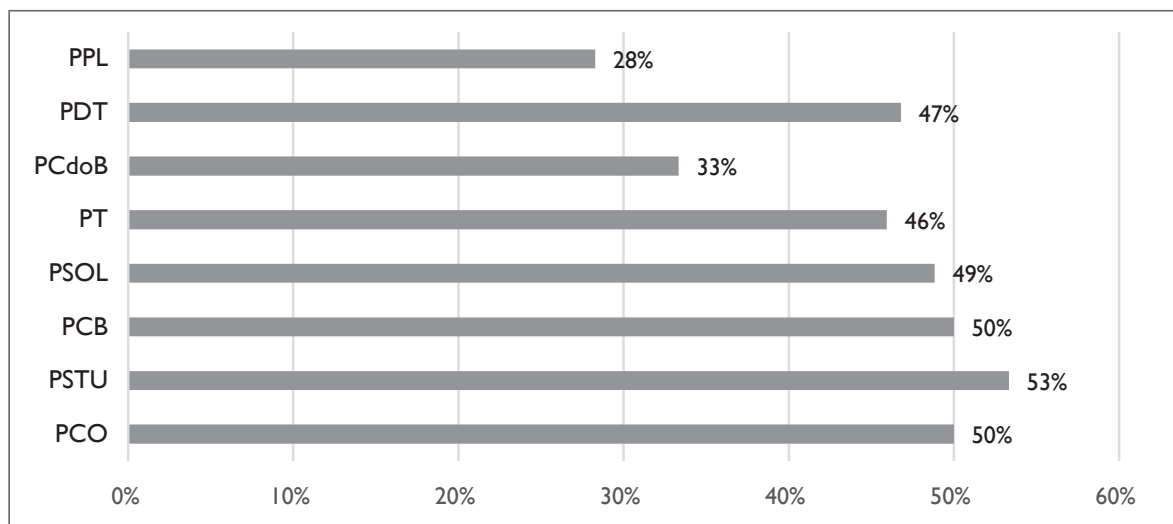
Agora, ao compararmos os blocos de partidos de nossa amostra, percebemos com clareza que quanto mais caminhamos da esquerda ao centro, mais aumenta a proporção de negros e diminui a de brancos, demonstrando que a esquerda mais moderada possui maior capacidade de recrutamento de candidatos negros, enquanto a extrema esquerda recrutou em proporção maior que a média de candidatos brancos, como fica claro no Gráfico 5.

**Gráfico 5 – Candidatos a vereador × composição étnica dos candidatos (por blocos)**



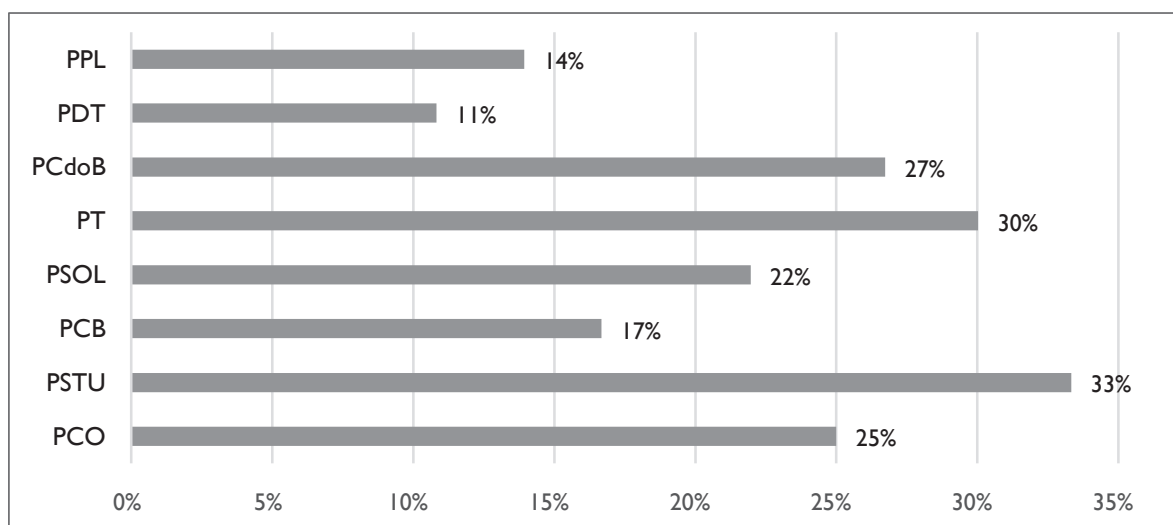
Fonte: dados do TSE.

A análise individual dos partidos mostra-se mais matizada, por certo. O que podemos perceber é um grau de heterogeneidade significativo dentro de cada bloco, com exceção da extrema esquerda. No Bloco 2, o PT e o PCdoB apresentam muita diferença no recrutamento de brancos, sendo que o PCdoB, com 33% de candidatos nessa condição, é o segundo com menor proporção de brancos. O mesmo valor se repete com o PPL e o PDT, sendo o PPL o partido com menor proporção de brancos, como se observa no Gráfico 6.

**Gráfico 6** – Percentual de candidatos brancos nos partidos de esquerda

Fonte: dados do TSE.

Se focarmos agora apenas nos candidatos autodeclarados pretos, que no conjunto de negros são aqueles mais desfavorecidos em função da intensidade da discriminação racial, temos a seguinte situação expressa no Gráfico 7, que mostra uma heterogeneidade maior na extrema esquerda do que nos outros blocos. Por outro lado, isso corrobora a pesquisa já mencionada de Dantas e Roeder (2015), que identificaram o PSTU como o partido com maior proporção de candidatos pretos nas eleições de 2014.

**Gráfico 7** – Percentual de candidatos pretos nos partidos de esquerda

Fonte: dados do TSE.

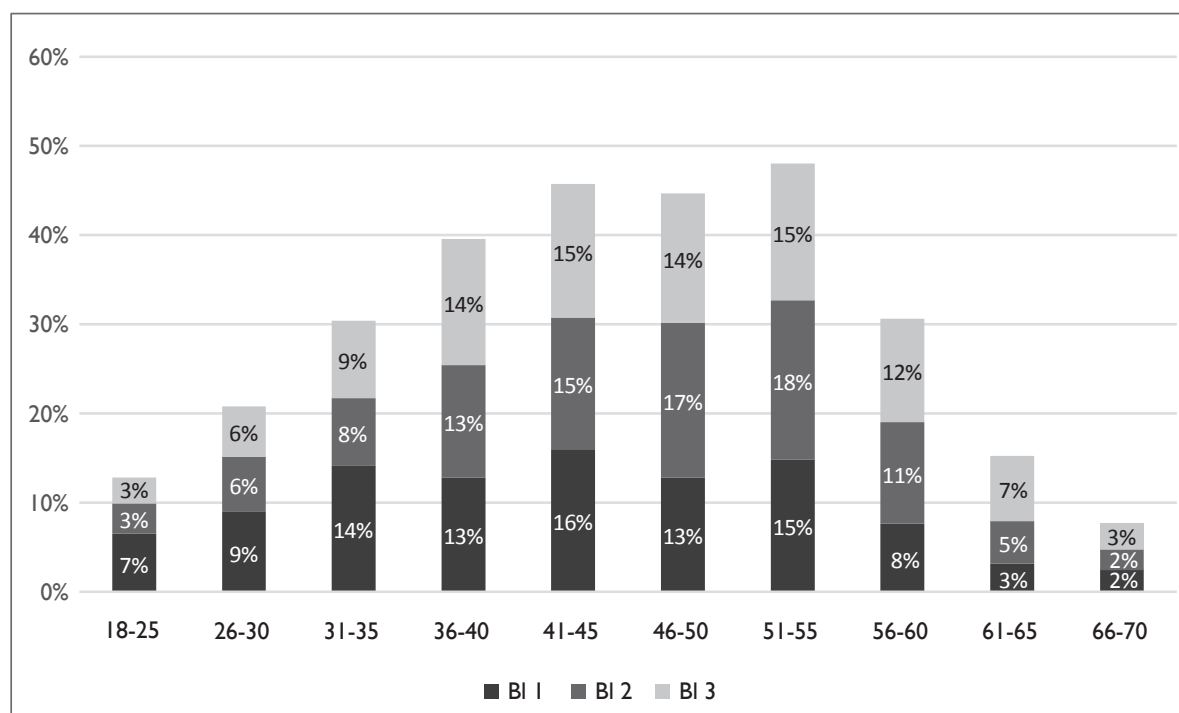
Por fim, mesmo que seja possível admitir que pretos e pardos carregam cargas de preconceito diferentes, é a categoria de negros que usualmente se mostra mais rentável para a análise étnica da população brasileira, e, desse ponto de vista, os dados apresentados no Gráfico 5 corroboram nossa hipótese inicial.

### Idade dos candidatos a vereador

Existe no senso comum sobre a esquerda a relação entre a pouca idade e a adoção de posições mais radicais, assim como da maturidade com a moderação. Em trabalho anterior (Macedo, 2011) já chegamos a utilizar a composição etária como parte da explicação para a adoção desta ou daquela orientação política por parte de organizações de esquerda, demonstrando que essa variável não é apenas senso comum.

A idade dos candidatos de esquerda nas eleições de 2016 nos municípios selecionados também apresenta informações relevantes. Temos aqui o predomínio dos candidatos da extrema esquerda nas faixas etárias mais jovens, sendo que à medida que avança a idade, aumenta também a proporção de candidatos da esquerda tradicional e da centro-esquerda (Gráfico 8).

**Gráfico 8** – Candidatos a vereador × faixa etária (por blocos)



Fonte: dados do TSE.

Essa evolução das idades conforme se anda da extrema esquerda para o centro se confirma se comparamos as médias e medianas das idades, conforme se infere da Tabela 6.

**Tabela 6** – Média e mediana de idade dos candidatos a vereador

	BI 1	BI 2	BI 3
Mediana	43,0	47,0	47,0
Média	43,0	46,4	46,7

Fonte: dados do TSE.

Se considerarmos o conjunto dos candidatos analisados, a idade que mais se repete é a de 44 anos, a mediana é de 46 anos e a média é de 45,5 anos. Chamam atenção na classificação etária o PDT, que possui 15% de seus candidatos com mais de 60 anos, e na outra ponta, entre os partidos com mais de cem candidatos, o PSOL, que possui 15% de seus candidatos com menos de 31 anos.

### Origem ocupacional dos candidatos

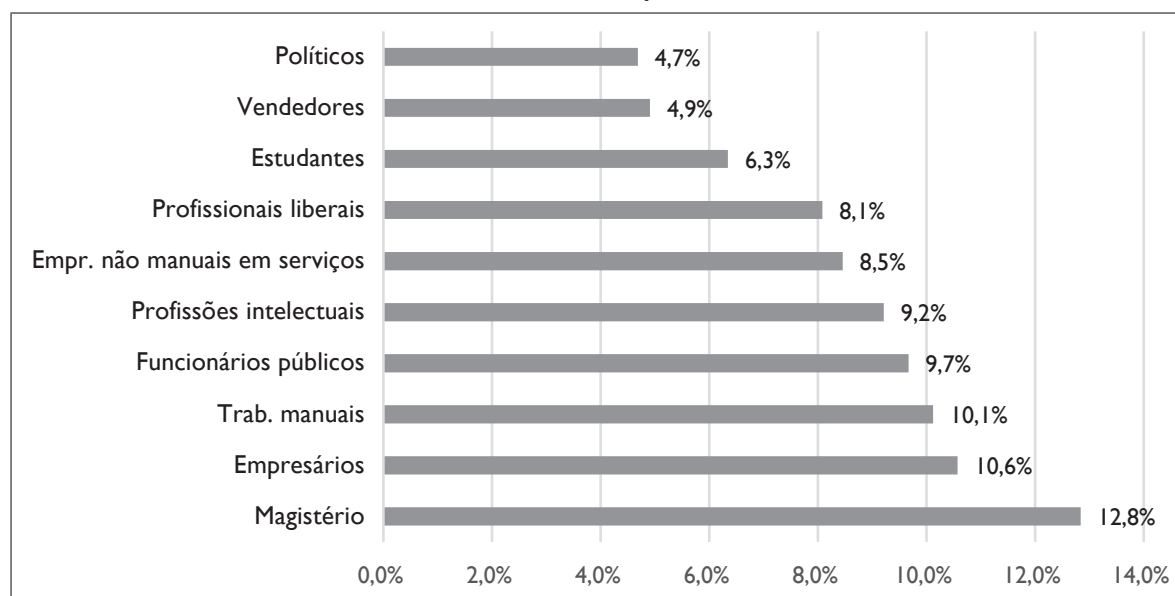
Categorizar ocupações de candidatos ou ocupações prévias de políticos é uma tarefa sempre sujeita a múltiplas alternativas. Mesmo em seu trabalho já clássico, Rodrigues (2002, 197) afirma que “a construção das profissões/ocupações foi relativamente arbitrária”. É disso que se trata aqui: a presença de certa discricionariedade do pesquisador.

Em nossa classificação, que parte de 138 diferentes profissões apontadas pelos candidatos em análise, fizemos o agrupamento destas em vinte categorias que nos pareceram conter posições sociais semelhantes.

Tomando o conjunto dos candidatos de esquerda analisados nas dez maiores cidades das eleições de 2016, dentre as vinte categorias por nós catalogadas, aquela que agrupa o maior número de candidatos é o magistério, com 12,8% dos candidatos, seguida daqueles que se declaram “empresários”, com 10,6%, e depois os trabalhadores manuais, com 10,1%, e os funcionários públicos, com pouco menos de 10%. As categorias que agruparam o menor número de candidatos, não chegando

a 1% cada uma, são as de trabalhadores rurais, atletas, religiosos e agricultores. Também chama atenção a baixa participação de trabalhadores industriais qualificados com apenas 1%. Por fim, os comunicadores representam também apenas 1,5% dos candidatos.

No Gráfico 9 é possível ver as dez ocupações mais significativas entre os candidatos do conjunto dos partidos de esquerda nas eleições de 2016 nas dez maiores cidades brasileiras. Neste gráfico é possível observar algumas particularidades: os políticos profissionais, por exemplo, são 4,7% dos candidatos, mas estão distribuídos de maneira muito desigual entre os partidos; PCO, PSTU, PCB e PPL não possuem nenhum candidato, enquanto no PT eles são 11% e no PDT 7% dos candidatos. Os empresários também estão distribuídos de maneira desigual, com nenhum no PCO, PSTU e PCB, enquanto no PDT eles são 17% dos candidatos, seguido pelo PPL e PCdoB, cada um com 12% dos candidatos. O PSOL por sua vez possui mais empresários como candidatos do que o PT (9% contra 6%, respectivamente). O magistério – a categoria mais numerosa no geral – só é menor que 10% dos candidatos no PDT, chegando a 33% no PSTU, e entre os partidos com mais de cem candidatos é destaque no PSOL, com 19% dos candidatos declarando essa ocupação. Os funcionários públicos estão ausentes do PCO e do PCB e chegam a 14% no PCdoB, seguido pelo PSOL com 11%. Os estudantes, objeto tradicional de recrutamento dos partidos de esquerda, estão muito presentes no PCO e PCB (33 e 27%, respectivamente), e entre os partidos com mais de cem candidatos aparecem com destaque no PPL, onde são 10% dos candidatos. O PCdoB e o PSOL são os que possuem menos candidatos nessa condição, cada um com 5%. Por fim, os trabalhadores industriais qualificados, entre os quais podemos encontrar o “operariado” tradicional, têm um número muito pequeno entre o total de candidatos, representando apenas 1%, como já frisamos, e entre os partidos com mais de cem candidatos aparecem com alguma relevância apenas no PPL, com 1,5% dos candidatos. O PT, por exemplo, que apresentava uma significativa vinculação societária com esse segmento, registrou apenas 1 candidato que se declarou nessa condição.

**Gráfico 9 – Candidato a vereador × ocupação**

Fonte: dados do TSE.

Para efeito de comparação, o conjunto dos candidatos que mais se apresentaram nas eleições foi o dos agricultores, com 8,8%<sup>5</sup>, enquanto na amostra analisada eles não passam de 0,2%. Enquanto a ocupação agregada mais representativa entre os candidatos de esquerda nas dez maiores cidades é o magistério (12,8%), no conjunto dos candidatos brasileiros nessas eleições, a dos professores foi apenas 6,4%. Por fim, enquanto os empresários representam 10,6% de nossa amostra, são 14,6% do total de candidatos brasileiros em 2016.

Agrupando agora os partidos nos blocos que temos analisado, apresentamos na Tabela 7 as ocupações agrupadas em que se atingiu ao menos 10%, de modo a descartar aquelas menos relevantes por apresentarem porcentagem muito pequena de candidatos.

**Tabela 7 – Ocupações dos candidatos a vereador por blocos (%)**

Ocupação	BI 1	BI 2	BI 3
Empresários	7,7%	8,7%	12,2%
Profissões intelectuais	10,4%	8,7%	7,1%
Magistério	20,5%	11,7%	9,7%

[continua na próxima página]

5. Entre os que declararam alguma profissão, pois excluímos aqui os mais de 18% que declararam “outros” como profissão.

Ocupação	BI 1	BI 2	BI 3
Funcionários públicos	10,9%	10,9%	10,4%
Empregados não manuais em serviços	10,9%	9,1%	7,8%
Trabalhadores manuais	9,1%	11,9%	14,1%
<b>Total</b>	<b>76,3%</b>	<b>67,0%</b>	<b>68,4%</b>

Fonte: dados do TSE.

Como pudemos perceber, também aqui a maioria das categorias varia de maneira uniforme da esquerda em direção ao centro, com uma situação de equivalência entre a extrema esquerda e a esquerda tradicional apenas no percentual de funcionários públicos.

Ainda é relevante nessa análise a situação dos empresários, que mostra os diferentes agrupamentos de esquerda com atratividade diferente para esse setor social. Todos recrutam candidatos nesse setor, mas com intensidade crescente ao caminharmos da extrema esquerda para o centro. Tal achado dialoga positivamente com a descrição de Gaxie (2012, 192) a respeito dos partidos franceses:

Embora a correspondência entre partidos políticos e frações de classes não deva ser entendida de modo muito estrito, existem laços muito claros entre os grandes polos que estruturam as classes superiores e as organizações políticas. Resultados da Quinta, Quarta ou mesmo Terceira Repúblicas indicam que o polo econômico é tanto mais representado quando se vai, conforme as taxionomias em vigor no campo político, da “esquerda” para a “direita” ou para o “centro”.

A categoria “empresários” em nossa pesquisa corresponde à declaração dos próprios candidatos que se identificaram como comerciante, diretor de empresas, diretor de estabelecimento de ensino, empresário, gerente e industrial. A categoria “profissões intelectuais” foi obtida pela soma dos que se declararam administrador, analista de sistemas, arquiteto, assistente social, bibliotecário, biólogo, biomédico, cientista político, contador, economista, enfermeiro, escritor e crítico, farmacêutico, fisioterapeuta e terapeuta ocupacional, geólogo, historiador, nutricionista, psicólogo, publicitário, químico, relações públicas, sociólogo e terapeuta, ou seja, profissões de nível superior. A categoria “magistério” foi obtida pela soma dos que se declararam professores dos ensinos

fundamental, médio e superior e ainda professor e instrutor de educação profissional e pedagogo.

A categoria “funcionários públicos” corresponde à soma dos que se declararam ocupante de cargo em comissão, serventuário da Justiça, servidor público civil aposentado, servidores públicos municipais, estaduais e federais (excluímos aqui policiais civis e militares que formaram uma categoria à parte). A categoria “empregados não manuais em serviços” foi obtida a partir da soma dos que se declararam agentes de saúde, administrativo e postal, auxiliar de escritório, bancário, despachante, eletricitista, fiscal, mecânico de manutenção, operador de computador, rádio, televisão, som e cinema, protético, secretário e datilógrafo, técnico de contabilidade, estatística, economia doméstica, administração, biologia, eletricidade, eletrônica, telecomunicações, enfermagem, laboratório de raio x, mecânica, química, edificações e informática e telefonista, ou seja, profissões predominantemente de nível médio e formação técnica.

Finalmente, como “trabalhadores manuais” classificamos aqueles que se identificaram como artesão, auxiliar de laboratório, cabeleireiro, barbeiro, carpinteiro, marceneiro, chaveiro, cobrador de transporte coletivo, cozinheiro, empregado doméstico, engraxate, faxineiro, frentista, gari, guardador de veículos, manicure, maquilador, massagista, marinheiro, canoeiro, embarcado, motoboy, motorista, office boy, pescador, porteiro, ascensorista, garagista, zelador, recepcionista, serralheiro, taxista, trabalhador da construção civil e vigilante, ou seja, profissões que predominantemente dispensam uma escolaridade média.

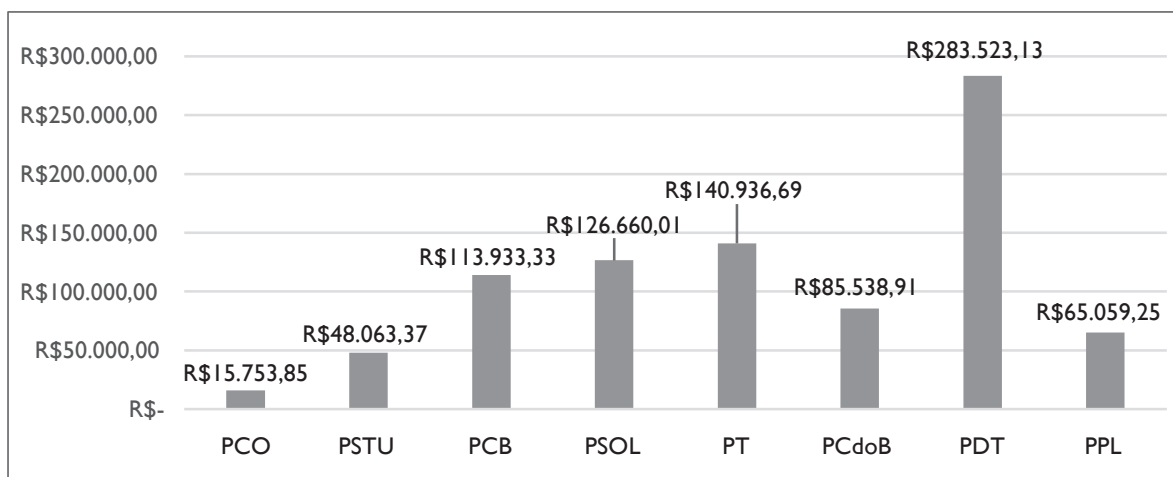
## **Patrimônio**

O fácil acesso aos dados sobre patrimônio dos candidatos se dá pela divulgação no site do TSE, no entanto é possível registrar evidentes erros de digitação, bem como problemas na confiabilidade das declarações, em especial no que se refere ao valor de imóveis. Ainda assim, ressalvados os eventuais problemas, mostra-se como uma fonte interessante para a localização social dessa elite em particular.

A primeira constatação da análise com a amostra que escolhemos revela uma grande diversidade na média patrimonial dos candidatos por partido (Gráfico 10). Neste gráfico podemos perceber que o PDT apresenta uma grande superioridade diante de todos os

outros partidos; na outra ponta, o PCO apresenta a menor média patrimonial. Mas as médias também são muito díspares dentro de cada bloco, com o PCO e o PSTU muito abaixo do PCB e PSOL no Bloco 1; o PDT muitíssimo acima do PPL no Bloco 3 e o PT um pouco mais equilibrado com o PCdoB, em que pese a vantagem do primeiro no Bloco 2.

**Gráfico 10** – Médias patrimoniais dos candidatos a vereador por partidos de esquerda



Fonte: dados do TSE.

No que se refere à grande diferença entre PT e PDT, ela já havia sido notada também por Rodrigues (2002, 84), ao afirmar que “o PDT, do prisma patrimonial, está mais próximo do PSDB e do PMDB do que do PT, o que novamente vai a favor da conceituação do PDT como centro-esquerda”.

Essa situação de heterogeneidade entre os partidos no que se refere ao patrimônio de seus candidatos gera as médias por bloco expressas na Tabela 8.

**Tabela 8** – Médias patrimoniais dos candidatos a vereador por blocos partidários

Bloco	Patrimônio médio
BI 1	R\$ 115.289,65
BI 2	R\$ 113.460,10
BI 3	R\$ 187.558,96

Fonte: dados do TSE.

Mas é claro que firmar médias em um cenário de tanta heterogeneidade entre os partidos e dentro deles próprios pode produzir conclusões errôneas, escondendo essas diferenças tão significativas. O desvio-padrão é maior justamente nos partidos com maior média, PDT, PT e PSOL, nesta mesma ordem, inclusive (maior desvio-padrão no PDT e menor no PSOL). Assim, para examinar a adequação à nossa hipótese fizemos também a decomposição das rendas dos candidatos em faixas. Considerando que os valores variavam do 0 (com grande número de ocorrências) aos R\$ 5.960.000,00 (de um candidato do PDT de Curitiba), optamos intuitivamente por agrupar os candidatos em faixas de patrimônio a cada R\$ 200 mil, encerrando em R\$ 2 milhões e criando uma faixa única para os candidatos acima desse valor. As faixas de patrimônio ficaram expressas na Tabela 9.

**Tabela 9** – Faixas de patrimônio

Faixa	Valor inicial	Valor final
1	R\$ 0,00	R\$ 199.999,99
2	R\$ 200.000,00	R\$ 399.999,99
3	R\$ 400.000,00	R\$ 599.999,99
4	R\$ 600.000,00	R\$ 799.999,99
5	R\$ 800.000,00	R\$ 999.999,99
6	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.199.999,99
7	R\$ 1.200.000,00	R\$ 1.399.999,99
8	R\$ 1.400.000,00	R\$ 1.599.999,99
9	R\$ 1.600.000,00	R\$ 1.799.999,99
10	R\$ 1.800.000,00	R\$ 1.999.999,99
11	= < R\$ 2.000.000,00	

Do conjunto dos candidatos de esquerda que se apresentaram nas eleições de 2016, quase a metade (48,9%) declarou não possuir nenhum patrimônio compondo a faixa 1 de nossa classificação, junto com aqueles com patrimônio menor que R\$ 200.000,00, que perfazem o total nessa primeira faixa de 80,8%, fazendo aparecer aqui nossa primeira conclusão parcial de que a maioria dos candidatos de esquerda nos dez maiores municípios brasileiros é formada por pessoas com pouco ou nenhum patrimônio. Em sua já mencionada pesquisa, Rodrigues (2002, 82) classifica os deputados com

menos de R\$ 200 mil de patrimônio na categoria “baixo patrimônio” e naquela amostra (deputados federais de 1999 a 2003) estavam nessa condição 27,9% dos deputados (sendo 80,4% petistas e 40,9% pedetistas).

Na outra ponta, dos que possuem patrimônio acima de R\$ 2 milhões encontram-se 0,79% dos candidatos. Se excluirmos aqueles sem patrimônio, a porcentagem dos que possuem mais de R\$ 2 milhões em patrimônio é de 4,1%. Para efeito de comparação (tendo claro todos os seus limites), Rodrigues (2002, 83) encontrou na Câmara baixa 15,7% dos deputados nesta faixa de patrimônio, que ele denomina “alto patrimônio”, sendo que no PT ninguém estava nesta faixa e no PDT contava com 9,1%.

A situação completa por partido com relação às faixas patrimoniais (Tabela 10) nos mostra em ordem decrescente em quais partidos os mais ricos (faixa 11) ocupam mais espaço: PDT, PT e PSOL, estando completamente ausentes do PPL, PCB, PSTU e PCO. Ou seja, apenas um partido em cada bloco possui candidatos com patrimônio maior que R\$ 2 milhões. Aqui nos parece que o corte explicativo é o tamanho do partido, com os maiores recrutando os mais ricos e os menores não.

**Tabela 10** – Candidatos de esquerda por faixa patrimonial e partido nas eleições de 2016

Faixa	PCO	PSTU	PCB	PSOL	PT	PCdoB	PDT	PPL
1	100,0%	85,4%	80,0%	81,6%	80,9%	84,5%	69,1%	88,6%
2	0,0%	14,6%	13,3%	8,4%	8,6%	9,4%	10,7%	6,4%
3	0,0%	0,0%	6,7%	5,3%	4,5%	3,2%	7,4%	2,7%
4	0,0%	0,0%	0,0%	0,8%	2,9%	1,6%	3,0%	1,1%
5	0,0%	0,0%	0,0%	1,7%	1,0%	0,3%	3,0%	0,8%
6	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,3%	0,0%	1,5%	0,0%
7	0,0%	0,0%	0,0%	1,4%	1,0%	0,3%	0,6%	0,4%
8	0,0%	0,0%	0,0%	0,3%	0,0%	0,3%	0,9%	0,0%
9	0,0%	0,0%	0,0%	0,3%	0,0%	0,3%	0,9%	0,0%
10	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,3%	0,0%
11	0,0%	0,0%	0,0%	0,3%	1,0%	0,0%	2,7%	0,0%

Fonte: dados do TSE.

Por fim, em busca do teste de nossa hipótese alinhamos o percentual de candidatos sem patrimônio e o percentual de candidatos acima de R\$ 2 milhões por partido, obtendo o resultado expresso na Tabela 11.

**Tabela 11** – Candidatos de esquerda sem patrimônio e com mais de R\$ 2 milhões em patrimônio por partido

	PCO	PSTU	PCB	PSOL	PT	PCdoB	PDT	PPL
Sem patrimônio	84,6%	63,4%	53,3%	41,3%	44,9%	53,1%	40,7%	65,2%
+ de R\$ 2 milhões	0%	0%	0%	0,3	1,0	0%	2,7%	0%

Fonte: dados do TSE.

E, finalmente, fizemos a mesma comparação, mas com os partidos agrupados por blocos, como expresso na Tabela 12.

**Tabela 12** – Candidatos de esquerda sem patrimônio e com mais de R\$ 2 milhões, por bloco

Bloco	Sem patrimônio	+ de R\$ 2 milhões
BI 1	45,2%	0,23%
BI 2	49,0%	0,48%
BI 3	51,4%	1,50%

Fonte: dados do TSE.

Testamos ainda a ampliação da faixa de alto patrimônio até aqueles que possuem acima de R\$ 1,6 milhão, e até esta faixa a ordem dos blocos não se altera, sendo possível tomar a tabela anterior como representativa do alinhamento dos blocos quanto ao percentual de mais ricos e mais pobres em suas chapas de vereadores.

A conclusão deste tópico também sustenta nossa hipótese inicial de que os blocos variam sua composição de maneira regular da extrema esquerda em direção ao centro. No caso patrimonial temos um achado interessante: onde se concentram mais candidatos de alto patrimônio se concentram também mais candidatos com baixo patrimônio (Bloco 3), e os extremos vão diminuindo à medida que

se caminha do centro para a extrema esquerda. Existe ainda uma correlação muito forte (coeficiente positivo de 0,9) entre a presença de empresários e a maneira como se distribuem os candidatos de alto patrimônio entre os blocos, ou seja, é a maior ou menor presença de empresários que explica a maior ou menor quantidade de candidatos com alto patrimônio.

### Considerações finais

Propusemos neste trabalho investigar se os partidos de esquerda que concorreram às eleições de 2016 apresentavam uma composição social de sua chapa de vereadores derivada de seu recrutamento, diferente entre si, com base nas diferenças ideológicas (qual a base do seu pensamento), de condutas (em relação aos 13 anos do governo do PT) e de estratégia eleitoral (política de alianças). Escolhemos os dez maiores municípios brasileiros para este teste pela indubitável importância que possuem.

O resultado que esperávamos, isto é, nossa hipótese de trabalho era encontrar diferenças que sempre alinhassem os três blocos que constituímos de maneira coerente, ou seja, sempre que em uma ponta da comparação tivéssemos o Bloco 1, na outra ponta teríamos o Bloco 3, com o Bloco 2 ao meio. Não esperávamos que as diferenças fossem importantes do ponto de vista estatístico, mas prevíamos encontrar diferenças constantes entre a extrema esquerda, a esquerda tradicional e a centro-esquerda. Considerando as variáveis que elegemos, a expectativa era encontrar algo semelhante ao Quadro 1.

#### Quadro 1 – Expectativa de resultado

Mais mulheres	BI 1	BI 2	BI 3	Menos mulheres
Mais negros	BI 1	BI 2	BI 3	Menos negros
Menos brancos	BI 1	BI 2	BI 3	Mais brancos
Mais jovens	BI 1	BI 2	BI 3	Mais velhos
Mais escolarizados	BI 1	BI 2	BI 3	Menos escolarizados
Mais magistério	BI 1	BI 2	BI 3	Menos magistério
Menos empresários	BI 1	BI 2	BI 3	Mais empresários
Menor quantidade de ricos	BI 1	BI 2	BI 3	Maior quantidade de ricos

Qualquer inversão na ordem apontada no Quadro 1, mas que mantivesse o Bloco 1 em uma ponta e o Bloco 3 na outra também estaria de acordo com nossa hipótese.

Mas o resultado encontrado está expresso no Quadro 2, ou seja, apenas no que se refere à escolarização, tomando como referência o número de candidatos com nível superior, o resultado mostrou-se diferente da nossa hipótese inicial, com a troca de lugar entre os blocos 2 e 3.

### Quadro 2 – Resultado final

Mais mulheres	Bl 1	Bl 2	Bl 3	Menos mulheres
Mais negros	Bl 3	Bl 2	Bl 1	Menos negros
Menos brancos	Bl 3	Bl 2	Bl 1	Mais brancos
Mais jovens	Bl 1	Bl 2	Bl 3	Mais velhos
Mais escolarizados	Bl 1	Bl 3	Bl 2	Menos escolarizados
Mais magistério	Bl 1	Bl 2	Bl 3	Menos magistério
Menos empresários	Bl 1	Bl 2	Bl 3	Mais empresários
Menor quantidade de ricos	Bl 1	Bl 2	Bl 3	Maior quantidade de ricos

No que tange à presença das mulheres, o resultado mostrou que, à medida que se caminha da extrema esquerda para o centro, diminui sua participação nas chapas de vereadores. No que se refere aos negros ocorre o inverso, quanto mais à esquerda, menos negros, e quanto mais ao centro, mais negros nas chapas. Inversamente, quanto mais à esquerda mais candidatos brancos e quanto mais ao centro, menos candidatos brancos.

No quesito idade, a diferença entre os blocos foi a mais significativa e, à medida que se caminha da extrema esquerda para o centro, a faixa etária dos candidatos tende a aumentar. No campo da ocupação, tomamos dois marcadores importantes, inspirados no trabalho de Gaxie (2012), com a presença do magistério tomada como algo significativo nos partidos de esquerda e dos empresários como mais significativo na direita. Aqui também nossa hipótese se confirmou, e a quantidade de empresários e professores varia de maneira oposta, com a extrema esquerda com mais professores e a centro-esquerda com menos, e o contrário em relação aos empresários.

No que se refere ao patrimônio, seguimos o mesmo critério de Rodrigues (2002, 83), que levou em conta o número de parlamentares

de alto patrimônio para alinhar os partidos entre esquerda e direita, o que mais uma vez confirmou nossa hipótese inicial.

Esperamos ter demonstrado que as diferenças que caracterizam as posições, condutas e estratégias da esquerda brasileira estão relacionadas a diferentes perfis de recrutamentos. Assim, mesmo que a esquerda como um todo congregue algumas características gerais compartilhadas do ponto de vista ideológico, a variação desses ideais e condutas está relacionada também a um perfil diferente de recrutamento dentro da própria esquerda.

## Referências

- CAMPOS, L. A.; MACHADO, C. (2015). A cor dos eleitos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 16, p. 121-151.
- COELHO, M. T. V. (2015). A criação partidária no Brasil: um estudo a partir do caso “Rede Sustentabilidade”. *Direito*, vol. 2, n. 21, p. 1-12.
- DANTAS, E. G.; ROEDER, K. M. (2015). Partido, gênero e cor: a seleção dos candidatos no PSTU nas eleições gerais de 2014. Newsletter, *Observatório de elites políticas e sociais do Brasil*, vol. 2, n. 4, p. 1-14.
- DULLO, E.; QUINTANILHA, R. (2015). A sensibilidade secular da política brasileira. *Debates do NER*, vol. 1, n. 27, p. 173-198.
- GAXIE, D. (2012). As lógicas do recrutamento político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 8, p. 165-208.
- MACEDO, E. A. (2011). *Os trotskistas entre discursos e controvérsias: tradição, composição social e alinhamento internacional*. 2011. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- MARENCO, A.; SERNA, M. (2007). Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 22, n. 64, p. 93-113.
- NORRIS, P. (2013). Recrutamento político. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 21, n. 46, p. 11-32.
- PERISSINOTTO, R. M.; BOLOGNESI, B. (2009). O recrutamento político no PT e no PFL paranaenses nas eleições de 2006: sugestões de pesquisa. *Mediações*, vol. 14, n. 1, p. 143-169.
- PRATES, V.; PEREIRA, H. P. (2015). Dissensos sobre o ethos discursivo da rede sustentabilidade: a “nova política” no Facebook. *Parágrafo: Revista Científica de Comunicação Social da FIAM-FAAM*, vol. 3, n. 1, p. 175-182.
- RODRIGUES, L. M. (2002). *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na câmara dos deputados*. São Paulo: Edusp.

SILVA, B. F.; SILVA, F. T. (2015). Perfil social e ideologia partidária: uma análise do recrutamento dos candidatos a vereador em Curitiba (2012). *Revista Mediações*, vol. 20, n. 2, p. 340-365.

SPECK, B.; SACCHET, T. (2012). Patrimônio, instrução e ocupação dos candidatos: uma análise das candidaturas de mulheres e homens nas eleições gerais de 2010 no Brasil. In: ALVES, J. E. D. *et al.* (orgs.). *Mulheres nas eleições 2010*. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres.